

O PT E O LULISMO: DO “RADICALISMO DIFUSO” AO “LIBERALISMO DE ESQUERDA”

Antonio Júlio de Menezes Neto¹

Resumo

Este artigo contextualiza a trajetória eleitoral presidencial do PT e do Presidente Lula. Mostra como candidato Lula mantinha uma proposta de enfrentamento ao capitalismo liberal e como foi se adequando, ao longo de sua trajetória, ao discurso dominante. Faz o recorte para algumas políticas sociais implementadas durante os seus governos, defendendo que foram políticas integradas e aceitas pelo novo movimento do capital.

Palavras-chave: Políticas Sociais. Capitalismo. Governo Lula.

PT Y EL LULISMO: DEL "SOCIALISMO DEMOCRÁTICO" AL "LIBERALISMO DE IZQUIERDA"

Resumen

Este artículo contextualiza la trayectoria electoral presidencial del PT y del Presidente Lula. Hace el recorte para algunas políticas sociales implementadas durante sus gobiernos, defendiendo que fueron políticas integradas y aceptadas por el nuevo movimiento del capital.

Palabras-clave: Políticas sociales. Capitalismo. Gobierno de Lula.

PT AND LULISM: FROM “DIFFUSED RADICALISM” TO “LEFT LIBERALISM”

Abstract

This article contextualizes the electoral trajectory of the Workers Party (PT) and of Brazil’s president Lula da Silva. It demonstrates how the then candidate Lula kept a proposal of confronting liberal capitalism and how he was adjusting, throughout his trajectory, to the dominant discourse. It analyzes some social policies implemented during his first term, defending that they were integrated and accepted by the new movement of capital.

Keywords: Social Policies. Capitalism, Lula’s Government.

¹ Sociólogo e Doutor em Educação. Professor na Faculdade de Educação da UFMG. Email: antoniomenezes02@gmail.com.

Introdução

O Brasil, que vivia ao fim dos anos 1970 e na década de 1980 momentos de euforia, com o afrouxamento e fim da ditadura militar, apresentou, inicialmente, momentos de reorganização popular. Porém, ao longo das décadas seguintes, conheceu gradativa assimilação ao status-quo do movimento do capital internacional.

Ao fim dos anos 1970, com a Anistia, fim da Censura Prévia e dos Atos Institucionais, vivia-se o começo do fim do período militar e o renascimento das organizações populares, socialistas e comunistas. Assim, parecendo estar caminhando na contramão do processo neoliberal, os movimentos sociais, sindicais e partidários ligados às lutas populares ressurgem com força no cenário brasileiro, trazendo esperanças de construção de um país menos desigual. Surgem diversos partidos de cunho populares, como o PT, o PDT e o PCB e o PCdoB, ainda não legalizados, voltam a superfície do quadro político brasileiro ao lado da Central Única de Trabalhadores – CUT- e do Movimento Sem Terra –MST. Em meados dos anos 1980, uma ala do PMDB, que se considerava “social-democrata”, desprende-se deste partido e funda o PSDB.

O PT apresentava-se com um “radicalismo difuso de esquerda” e era fruto das articulações levadas à efeito pelo chamado “Novo Sindicalismo” -do qual a figura de Luís Inácio Lula da Silva era a referência maior- por intelectuais de esquerda, por religiosos vinculados à “Teologia da Libertação”, por setores da esquerda que vinham da luta armada ou eram independentes em relação aos PCs e por setores social-democratas. Esta originalidade era uma importante marca para a “nova esquerda” que poderia se contrapor ao neoliberalismo que passava a predominar na Europa e nos Estados Unidos. E, realmente, em seus primeiros anos, o PT organizou ou apoiou quase todas as manifestações populares no Brasil, além de ter sido importante contra-ponto às elites econômicas e políticas.

Porém, se é certo que existe uma certa autonomia da política frente a economia, não se pode dissociá-los totalmente. A crise econômica que permeou o Brasil nos anos 1980 arrefeceu muito o ímpeto da participação popular, mas fortaleceu a institucionalidade partidária da qual o Partido dos Trabalhadores foi o mais beneficiado.

Seu rápido crescimento eleitoral levou o Partido a aumentar sua participação no legislativo e a disputar a presidência ainda nos anos 1980.

Como símbolo desta trajetória, podemos usar o programa de governo de 1989, ano em que Lula disputou o governo com uma proposta de esquerda e foi derrotado por Collor de Mello, representante do pensamento neoliberal. Porém, já no início dos anos 1990, o PT fazia revisões em seus programas e em suas práticas, tornando-se mais pragmático e aceitando diversos princípios liberais. Esta será uma tendência que acompanhará o Partido desde então, que, colado na institucionalidade eleitoral, tornou-se cada vez mais palatável aos setores vinculados ao capital nacional e internacional. Assim, o Programa e a prática de governo de 2002, pragmático e pouco questionador do neoliberalismo, foi bastante representativo.

Este artigo refaz parte da trajetória de Lula como candidato e como presidente. Sem negar alguns avanços na área social, procura mostrar seus claros limites quando se trata de políticas estruturantes. E faz o recorte, crítico, para quatro áreas do governo Lula: Superávit e previdência social, Bolsa família, Reforma Agrária e Educação.

Brasil Urgente, Lula Presidente: o programa de 1988

Para as eleições de 1998, o Partido dos Trabalhadores e o candidato Lula ainda realizavam críticas anticapitalistas e propunham o socialismo como alternativa. Como dado histórico, podemos resgatar uma discussão apresentada nos documentos intitulados “*Brasil Urgente, Lula presidente*” (BRASIL URGENTE, 1989). Este documento, que se constituía de uma série de fascículos dedicados a debater e apresentar propostas para a candidatura de Lula da Silva à presidência do Brasil em 1989 e a debater um programa de governo para as eleições daquele ano, apresentou propostas de governo vinculadas a uma social-democracia de cunho popular. Ou o chamado governo “democrático popular”. O fascículo, por exemplo, dedicado à discussão dos problemas sociais, (SOCIEDADE, 1989) foi apresentado em 9 pontos: direitos dos trabalhadores, saúde, mulheres, negros, crianças, juventude, portadores de deficiência, cultura e violência. Observa-se, pela leitura, que as discussões apresentavam propostas de mudanças críticas ao capitalismo liberal, nas quais a questão da superação da sociedade capitalista aparecia com frequência.

Programas como o “Fome Zero” e as bolsas de assistência à pobreza - mecanismos de políticas compensatórias-, um dos “carros-chefe” das políticas sociais implementadas nos dois governos de Lula a partir de 2002, não são sequer citadas no Programa de 1989. Isto porque se presumia que o governo Lula atacaria os problemas sociais de forma global e criaria as bases para o início, a pavimentação mínima, para o socialismo. Estas questões ficavam mais claras ao final do documento, quando é debatida a possibilidade de superação do capitalismo e de construção do socialismo:

[...] não se salva uma árvore cortando os frutos amargos. É preciso ir às causas, a raiz da árvore. Dentro do sistema capitalista, estamos condenados a ser uma nação periférica e marginal, fornecedora de matérias-primas, de mão de obra barata, de mercado às multinacionais, de juros aos banqueiros. Em resumo, uma nação explorada (BRASIL URGENTE, 1998, p.16).

O documento de 1989 defende que toda a nossa história é a história da “exploração dos trabalhadores pelas elites”, mas também “a história das lutas pela libertação”. Estas lutas geraram acúmulo de forças e foram criando as condições para reorganizar a sociedade mediante transformações profundas. Para conquistar estas modificações, o texto de 1989 dizia que seria necessário lutar pelo socialismo, pois dentro do sistema capitalista não haveria saída. Dizia:

Se não há saída no sistema capitalista para a classe trabalhadora, o socialismo é a alternativa histórica nesta etapa da evolução humana. Só através do socialismo haverá condições de deter a sangria de recursos humanos e materiais imposta ao Brasil pelos países ricos, devolvendo ao povo as riquezas geradas por seu trabalho. Construiremos um socialismo com democracia, com liberdade de organização, rejeitando as concepções burocráticas e a visão de partido único. Entendemos que só o socialismo tornará possível a existência de plena democracia, da plena liberdade para todos, de uma real igualdade social, o atendimento as necessidades humanas fundamentais, um efetivo equilíbrio ecológico, a plena emancipação das mulheres e das pessoas de todas as raças. Só o socialismo será possível de gerar, na escala de milhões, homens novos e mulheres novas, dispostos a lutar, a produzir, a criar, a crescer, não mais pela via do individualismo e das ambições egoístas, mas pelo caminho da solidariedade. As mudanças precisam e podem começar já. O novo precisa e pode ir crescendo no seio da velha sociedade capitalista, enquanto vamos gestando, nas lutas do dia-a-dia, as sementes de um mundo melhor [...]. (ibidem, p. 16).

O problema da concentração da terra também é debatido no fascículo “Questão Agrária”. O problema da terra é vinculado à crítica ao pagamento dos juros da dívida, à

especulação financeira e à produção voltada para exportação em busca de dólares. É o próprio Lula que escreve:

Se não mexermos na propriedade da terra, a política agrícola continuará concentrando a riqueza e reproduzindo a pobreza. [...]. No entanto, nós já aprendemos que a reforma não virá, enquanto se sucederem no poder os representantes das elites. A Nova República realizou uma contra-reforma no campo. Não era para menos: sua política agrícola é estabelecida a partir dos interesses em jogo no mercado internacional, e não das exigências de desenvolvimento e bem-estar da sociedade brasileira. Exportar é o que importa, para pagar (com a fome do nosso povo) os juros da dívida externa. [...] os que vivem do trabalho só tem a ganhar. Os que vivem da especulação vão perder seus privilégios (LULA, 1998).

Embora tenha sido derrotado pelo projeto neoliberal de Collor de Mello, o Partido dos Trabalhadores e a esquerda brasileira, saíram fortalecidos de 1989. Porém, estes debates políticos com forte viés crítico ao capitalismo liberal dominante globalmente, foram perdendo força no período que sucedeu às eleições presidenciais de 1989. E, ao mesmo tempo, evidenciava a integração do PT e seu candidato ao capitalismo globalizado, a ponto de governo Lula assumir princípios políticos e econômicos que ele criticava em 1989.

Assim, ao contrário de fazer com que o PT aprofundasse as críticas ao modelo de reprodução do capital, fez com o núcleo dirigente do Partido optasse por arrefecer as críticas ao neoliberalismo - mesmo fazendo severas críticas morais de corrupção aos candidatos Collor e, posteriormente, a Fernando Henrique Cardoso e investisse na possibilidade de conquistar o governo central com alianças e propostas políticas moderadas ou mesmo conservadoras.

Esta mudança de rumos aconteceu num período em que o socialismo perdia força, com a queda do chamado “socialismo real” e com a ascensão do neoliberalismo, que chegou a ser chamado de “pensamento único”, devido a sua força ideológica. Somado ao pragmatismo liberal -gerado já nas primeiras conquistas de prefeituras pelo PT- estes fatos fizeram com que as candidaturas presidenciais posteriores de Lula, em 1994 e 1998, tendessem para o centro político e que os programas do candidato fossem, gradativamente, aproximando-se de um liberalismo-social ou uma social-democracia-tardia.

Assim, a aproximação com setores políticos conservadores e a definição de um programa de governo mais alinhado com os interesses das classes dominantes nacionais

e internacionais, passaram a ser vistos como a única estratégia capaz de possibilitar a vitória do candidato Lula em 2002. A condução desta guinada ao “centro político” passou a ser a principal preocupação do núcleo dirigente central do PT que, desta forma, fazia com que o Partido se distanciasse cada vez mais da práxis socialista. Depois de duas derrotas eleitorais para o candidato Fernando Henrique Cardoso, - representante de um PSDB que já havia abandonado a social-democracia nas eleições presidenciais de 1994 e 1998, as resoluções definidas pelo núcleo dirigente do PT, e referendadas em Congressos e Encontros do Partido, encaminharam para uma aproximação com a plataforma política de seus principais adversários na luta pelo poder.

Assim, o PT definia-se, cada vez mais, por um programa de governo conservador em relação a economia, comprometendo-se com as políticas econômicas ortodoxas e condizentes com o movimento global do capitalismo neoliberal, para se sagrar vitorioso nas eleições presidenciais de 2002. O PT e Lula assumiam-se como defensores da nova ordem internacional, mas propunham, como diferencial do neoliberalismo puro e de mercado, uma maior preocupação com as políticas sociais. Saliente-se que o vice-presidente de Lula, que o acompanhou em seus mandatos, era um grande empresário e senador por Minas Gerais que já havia comandado a FIEMG².

Com isto, o PT e seu candidato afastaram-se, definitivamente, das discussões acerca da construção de sociedades emancipadas e socialistas e assumem o pragmatismo eleitoral. Os marcos das políticas sociais universais foram se estreitando e, ao fim, programas setoriais e assistencialistas, com pitadas de pequenas reformas, tornaram-se o objetivo do governo petista. Estas políticas ficavam à sombra de uma política econômica, como se costuma nomear, “ortodoxa”, baseada nas mesmas diretrizes fundamentais do neoliberalismo.

² Senador José de Alencar. Foi presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais.

E Lula assume o governo: 2003

O conservadorismo político dos programas sociais do governo Lula já estava explícito na sua plataforma eleitoral. Desta forma, é importante recordar alguns dos princípios contidos no “*Programa de Governo 2002 Coligação Lula Presidente*” (PROGRAMA, 2002). Saliente-se, ainda, que em tal programa não aparece nenhuma menção ao socialismo e as críticas ao capitalismo foram substituídas por propostas pragmáticas e integradas ao atual movimento do capital e que o governo, em seus oito anos, trabalhou para colocá-lo em prática.

1 – Dívida e Previdência Social

O PROGRAMA (2002) apresentava, em sua introdução, a necessidade de um “pacto entre sociedade e Estado” para colocar em prática um modelo de desenvolvimento voltado para o social. Defendia, assim, um novo “contrato social” capaz de beneficiar setores marginalizados, de desprivatizar o estado, de viabilizar um novo pacto federativo, o respeito à diversidade, o combate às desigualdades econômicas, as políticas específicas para os negros, mulheres, jovens, a democratização cultural, um novo sistema de segurança pública e maiores debates acerca do papel das Forças Armadas, dentre outras.

É importante lembrar que a candidatura Lula em 2002 - mesmo considerando que a estabilidade da moeda, realizada durante os governos de FHC esteve calcada no endividamento público- defendia, claramente, honrar todos os compromissos -como foi explícito na “Carta aos brasileiros”- sem sequer propor uma auditoria do endividamento aprofundado pelo governo anterior:

Nosso governo vai preservar o superávit primário o quanto for necessário, de maneira a não permitir que ocorra um aumento da dívida interna em relação ao PIB, o que poderia destruir a confiança na capacidade do governo de cumprir seus compromissos. [...]. Não há governo petista nos estados e nos municípios que não esteja comprometido com a responsabilidade fiscal e a estabilidade das contas públicas. O nosso governo não vai romper contratos nem revogar regras estabelecidas. Compromissos internacionais serão respeitados. Mudanças que forem necessárias serão feitas democraticamente, dentro dos marcos institucionais. Nosso governo vai criar um ambiente de estabilidade, com inflação sob controle e sólidos fundamentos macroeconômicos [...]. (PROGRAMA, 2020, p. 17).

Ou seja, o Programa de Lula em 2002, já se propunha a manter a política macroeconômica ortodoxa de FHC e do capitalismo global. Com isto, as políticas sociais teriam de ser focalizadas para atender populações que foram marginalizadas pelas políticas neoliberais e não mais pensadas como um novo projeto social, amparado em reformas e mudanças estruturais, que englobasse a construção de novas relações econômicas e sociais.

Tratando mais especificamente das políticas sociais, o PROGRAMA (2002) defende a “Reforma da Previdência” como necessidade de equacionamento do equilíbrio previdenciário, propondo uma gestão quadripartite e a previdência complementar:

Em complemento ao sistema público universalizado, aos trabalhadores tanto do setor público como do privado, que almejam valores de aposentadoria superiores ao oferecido pelo teto da previdência pública, haverá o sistema de planos complementares de aposentarias, com ou sem fins lucrativos, de caráter facultativo e sustentado por empregados e empregadores. (PROGRAMA, 2020, p. 25)

Ou seja, os pilares da reforma previdenciária, com viés privatizante, que foi implementada parcialmente pelo governo em seu primeiro ano, depois de muitas resistências dos trabalhadores do setor público e dentro do próprio PT, já era uma política prevista no “Programa de Governo”. Observa-se, também, que a reforma da previdência foi proposta por todos os governos dos países que buscaram implementar políticas neoliberais. A reforma da previdência gerou enormes conflitos dentro do PT e, em consequência, quatro parlamentares foram expulsos do Partido³. Esta reforma foi o embrião de um novo Partido que, inicialmente, se colocava à esquerda do PT e buscava retomar as políticas originais do projeto popular e democrático do PT: o Partido Socialismo e Liberdade, o PSOL.

³ Os deputados/as foram Babá (PA), João Fonte (SE), Luciana Genro (RS) e a senadora Heloísa Helena (SE).

2 – Programas Sociais: Bolsa Família

Uma outra política social debatida no PROGRAMA (2002) foi a “Política de Garantia de Renda Mínima” e “Combate a Fome”, políticas estas que viriam a se transformar no “motor” das políticas sociais que renderam ao governo Lula altos índices de popularidade junto aos setores muito pobres da população.

O Programa lembra que as propostas de oferecer renda complementar para famílias pobres, começaram na década de 1970 e que posteriormente a ideia foi vinculada à educação, transformando-se no “bolsa-escola”, levada a efeito por algumas prefeituras, como a de Campinas, de Ribeirão Preto e do Distrito Federal. Diz também que estas experiências juntaram-se ao “Programa de Garantia de Renda Mínima Associada a Ações Sócio Educativas” (Lei n. 9.533/97) e garantiram a renda mínima e a escolaridade das crianças e adolescentes pobres. O Programa propunha, como realmente o fez, rever as diversas bolsas existentes (Bolsa alimentação, PETI, etc.) para evitar superposição e pulverização dos recursos. (PROGRAMA, p.54-55). Não diz nada a respeito do apoio do Banco Mundial a estas políticas e nem que já eram implementadas por governos conservadores e neoliberais, como os que governavam, por exemplo, o México.

O “Programa de combate à fome”, o “Fome Zero”, propunha-se a ser mais amplo do que as bolsas, pois defendia apoio à agricultura familiar, a Previdência Social para todos os trabalhadores familiares urbanos ou rurais, a ampliação da merenda escolar, restaurantes populares e incentivo à agricultura urbana.

Observa-se que estas políticas sociais se apresentaram como ampliação ou junção de políticas que já vinham sendo desenvolvidas anteriormente pelo governo Fernando Henrique, que precedeu o governo Lula, e que este último não rompeu com a política econômica vigente até então. Isto porque o neoliberalismo dominante, expresso no “Consenso de Washington”, defendia que as bolsas e ajuda em dinheiro aos mais pobres deveria ser política de governo, pois se considerava a impossibilidade de colocar todas as pessoas no novo “mercado de trabalho”.

Estas políticas propostas no Programa foram implementadas pelo governo Lula com o apoio e concordância das agências internacionais, como o Banco Mundial e o FMI. Apesar da inegável importância do assistencialismo para populações que necessitam ser, de imediato, assistidas, estas políticas não resolvem os graves problemas sociais gerados por séculos de exploração da força de trabalho. As políticas sociais levadas a efeito pelo

governo Lula contribuíram muito pouco para superar os problemas gerados pelo capital. Pelo contrário, elas se acomodam perfeitamente e de modo funcional, a política econômica neoliberal e extremamente favorável ao grande capital, especialmente o financeiro.

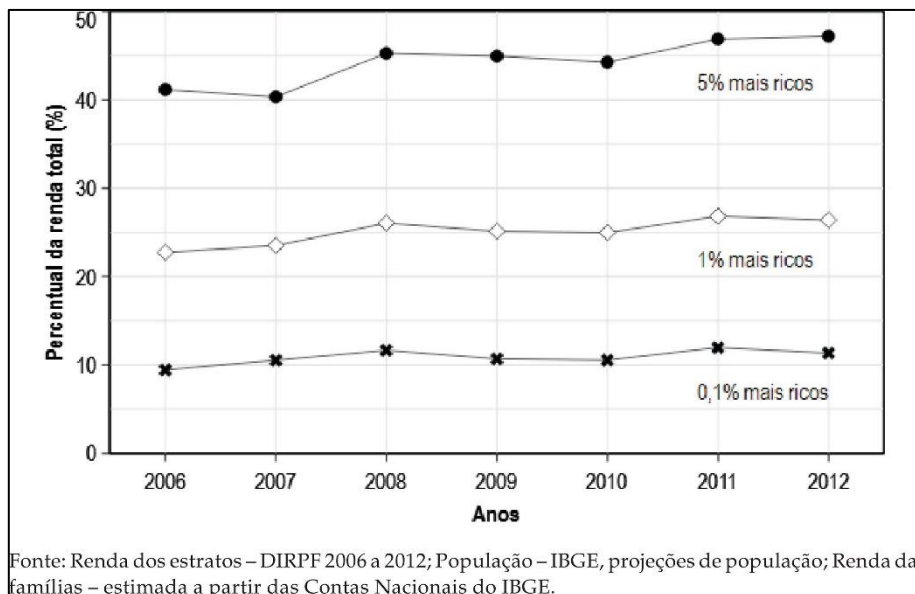
Os dados apresentados pelo governo Lula acerca da retração da pobreza são quase sempre comparativos com o período do presidente Fernando Henrique e não com as necessidades do povo brasileiro. Assim, não levam em conta a construção de um projeto social popular e não se mostra, basicamente, diferente do período antecessor, mas apresentam dados que demonstram que, dentro da mesma política e econômica, o Governo Lula conseguiu se sair melhor.

O maior problema dos programas sociais levados a cabo pelo governo Lula, é a falta de uma alternativa consistente e estrutural, pois sempre são direcionados para conceder bolsas para pessoas “excluídas”, ou, nos dizeres do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, “inempregáveis” no atual sistema. O abismo da “concentração de renda” e a exploração do trabalho, verdadeira chaga do Brasil, permanece quase que intocada pelo governo Lula, pois para mexer nas estruturas do sistema o governo teria de ter a ousadia de começar a enfrentar o capital internacional e nacional, assim como enfrentar o “direito de propriedade”. E, nos dois governos Lula não houve nenhum atrito com o capital nacional ou internacional. Pelo contrário, eles foram muito beneficiados nos governos de conciliação de classes levados a cabo por Lula e pelo PT.

Mas a distribuição de bolsas pelo governo gera outros tipos de problemas quando não se avança na crítica ao sistema que gera problemas sociais grandes o bastante para que pessoas necessitem de bolsas para sobreviver. É que estas ações não só não se transformam em ações políticas conscientes pelos mais pobres, mas ao contrário, criam laços de dependência capaz de levar as classes populares a criarem “vínculos de dependência” com governantes “conservadores de esquerda”. Esta dependência faz com que projetos de criação de trabalho ou de reforma agrária sejam relegados.

Considerando que houve uma relativa recuperação do salário mínimo e a implementação das bolsas aos mais pobres, houve distribuição de renda no país? De acordo com estudos realizados por MEDEIROS, SOUZA e CASTRO (2015), entre os anos de 2006 e 2012, portanto englobando todo o segundo mandato do presidente Lula,

baseado em pesquisas realizadas no imposto de renda, houve uma estabilidade muito grande nas rendas dos estratos sociais mais ricos, conforme o gráfico abaixo.



Ou seja, encontramos uma melhora real na vida das populações mais pobres em decorrência da conjuntura que permitiu um grande comércio internacional, principalmente na exportação de commodities e não reformas estruturais que permitissem uma maior distribuição real da riqueza nacional.

No tocante ao combate a pobreza e a miséria, no qual o governo alega haver retirado 30 milhões de pessoas destes estados, temos de relativizar, pois, baseados nos limites colocados pela ONU, sai da miséria que ganha mais de 1 (um) dólar por dia e da pobreza quem ganha mais de 2 (dois) dólares por dia. Sabe-se que estes dados são irrealistas pois estes valores são ínfimos e, no mínimo, deveriam ser baseados no número de pessoas que ganham um salário mínimo.

3 – Reforma Agrária

Observa-se também que os pontos levantados por Lula como necessários para a reforma agrária em 1989 -mexer na propriedade da terra e rompimento com a prioridade de produção para exportação em busca de dólares- foram esquecidos pelos governos Lula. Pois, contrariamente ao que defendia em 1989 e coerente com o PROGRAMA (2002), o governo Lula privilegiou, em seus oito anos de governo, o agronegócio em detrimento da Reforma Agrária e mesmo da agricultura camponesa. No governo de Lula houve,

realmente, um incremento de verbas para as políticas criadas no governo FHC, como o Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar –PRONAF- ou o Programa de Apoio a Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Saliente-se que no governo FHC foi criado o Ministério de Desenvolvimento Agrário. Mas que não representaram um contra-ponto ao apoio ao agronegócio, fundamental para a política econômica do governo Lula.

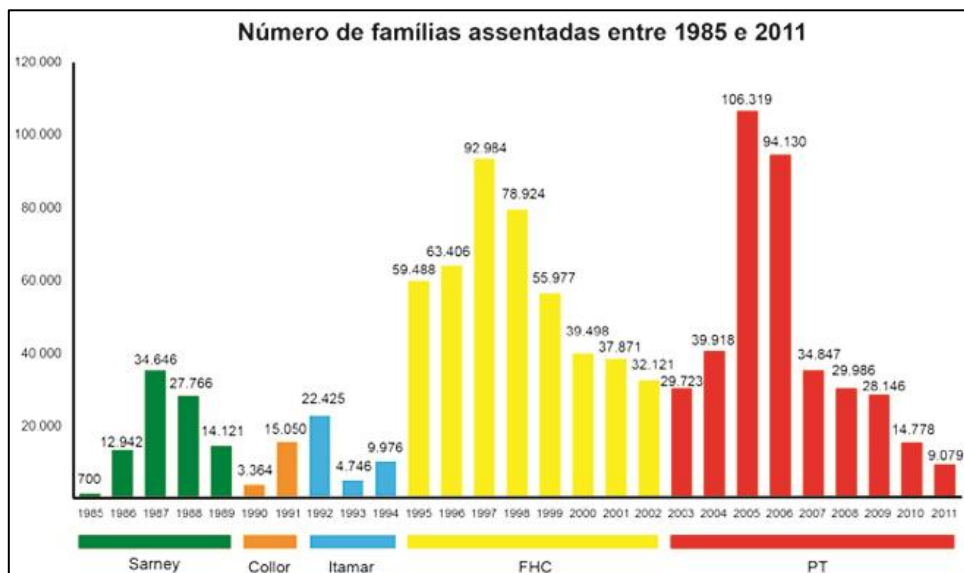
De acordo com dados do “Banco de Dados da Luta pela Terra” –Data Luta-, vinculado à UNESP de Presidente Prudente, apenas 25% dos assentamentos, no período Lula, foram fruto de desapropriação de terras, e os outros 75% são apenas regularizações de assentamentos feitos em terras públicas, pouco se alteando, assim, a concentrando de terras no Brasil.⁴

A prioridade dada no governo Lula ao agronegócio fica evidente quando toma-se por base as verbas destinadas ao setor, que contrastam com os recursos destinados à reforma agrária e mesmo com os recursos para a Agricultura Familiar, mesmo que tenha tido um incremento de verbas neste setor no governo Lula em relação ao governo FHC. O Plano Nacional de Reforma Agrária, elaborado antes das eleições de 2002 para ser implementado ao longo dos quatro anos de seu primeiro governo, previa uma verba de R\$ 24 bilhões para assentar cerca de 1 (um) milhão de famílias. Como esta meta tornou-se inviável ao longo de seu mandato, o governo fez novo acordo com os movimentos sociais, prevendo o assentamento de 400 mil famílias. Porém, nem esta meta acordada foi cumprida e ao fim de seu segundo governo cerca de 150 mil famílias permaneciam debaixo da “lona preta”. A prioridade ao agronegócio é, ironicamente, fruto do que Lula criticava em 1989: necessidade de exportação para trazer dólares e amortizar a dívida.

Como vemos no quadro abaixo, o número de assentamentos dos governos Lula foram inferiores ao do governo FHC. O Jornal Brasil de Fato salientou:

⁴ **Fonte:** <http://www.brasildefato.com.br/v01/impresso/anteriores/151/nacional/materia.2006-01-21.2872185637>. Publicado originalmente em: 03 nov. 2006.

Completados dez anos da presença do Partido dos Trabalhadores (PT) no comando do governo federal ainda existem cerca de 150 mil famílias de trabalhadores rurais sem-terra acampadas em dezenas de acampamentos Brasil a fora, lutando por seu pedaço de terra. Surpreendentemente, nos oito anos do governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso foram criados 4.410 assentamentos. Na década de Lula/Dilma o número foi de 3.711. Os dados são do Dataluta/Unesp – Banco de dados da Luta pela Terra⁵.

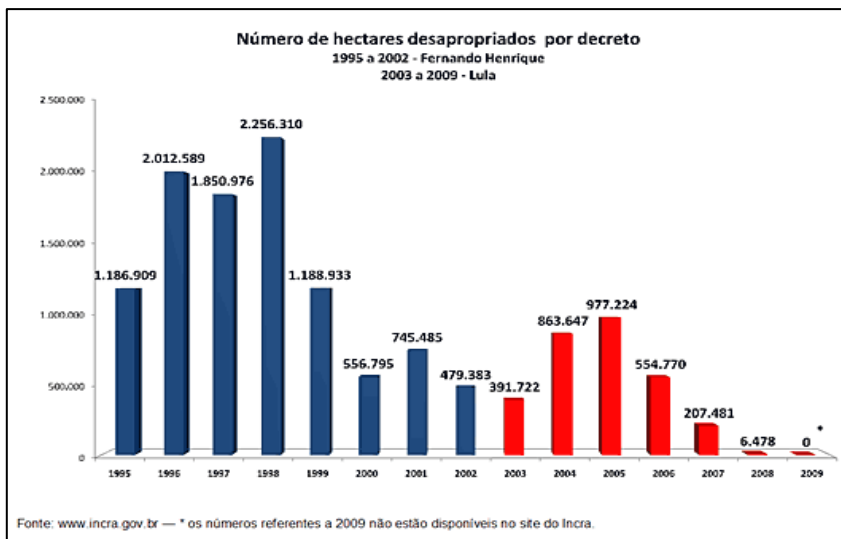


Fonte: Dataluta/Unesp⁶

Mas além de ter assentado menos agricultores do que FHC, o governo Lula também desapropriou menos terras.

⁵ Fonte: <https://www.brasildefato.com.br/node/11534/>. Acesso em: 12 abr.2018.

⁶ Ibidem



Fonte: INCRA⁷

Pelos dados acima, observa-se que foram expropriados 3 milhões de hectares no governo Lula contra 10,2 milhões de hectares desapropriados no governo FHC. Ou seja, mesmo se compararmos com um governo que não teve na reforma agrária reforma agrária nenhuma prioridade, os dados do governo Lula conseguem ser inferiores tanto em assentamentos como em desapropriações.

4 – Educação

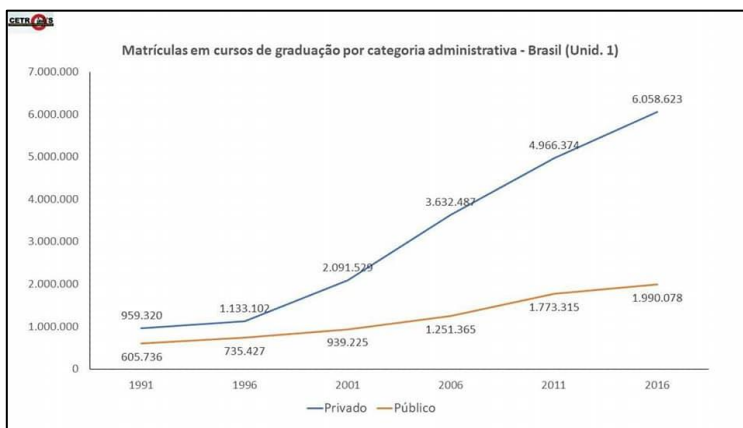
No seu segundo governo, Lula prometeu priorizar a educação e, para tanto, foram, realmente, criados diversos programas. Deve-se destacar que a educação foi bastante desprivilegiada no primeiro governo Lula e poucas ações foram realizadas nesta área social. Portanto, centraremos as discussões nas políticas de seu segundo governo não sem antes lembrar que a ampliação de vagas via a educação à Distância foi a principal meta do primeiro governo.

⁷ Site do CONJUR. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2009-dez-12/lula-destinou-40-milhoes-hectares-terra-reforma-agraria>. Acesso em: 10 out. 2018.

Uma das principais políticas do governo Lula foi a criação do Programa Universidade para Todos – PROUNI-, seguindo a tendência de aprofundar as parcerias Públicas e Privadas –PP-, apoiando e aprofundando a privatização da educação superior e a hegemonia neoliberal. O PROUNI representou também uma divisão dos movimentos que atuam na educação. De acordo com Leher “O PROUNI foi o pomo da discórdia entre as entidades, pois afrontava um princípio basilar do FNDEP: verbas públicas para as escolas públicas” (LEHER, 2010, p.378). É importante também salientar que o FIES, um fundo de empréstimo financeiro para alunos carentes, que era criticado na era FHC, amplia-se no período Lula articulado ao PROUNI. Este Programa impulsionou o crescimento das universidades privadas, grande maioria hoje entre as universidades brasileiras, e permitiu a criação de gigantes do ramo, como o caso da Kroton.

Em 2006 o governo lança o Plano de desenvolvimento da Educação –PDE-, com a palavra de ordem do “Compromisso de todos com a educação”. Inclui dos principais grupos econômicos, que passam a “investir” na educação, como a Fundação Ayrton Senna, o Grupo Itaú, o Grupo Gerdau, a Fundação Victor Civita ou a Fundação Roberto Marinho. As grandes empresas passam a se interessar pela educação pois, além do lucro direto, a produção do conhecimento é aplicada diretamente no processo produtivo e com o apoio do governo (LEHER, 2010).

O Reuni, lançado em 2007, foi um Programa, ou reestruturação, que se baseia em Planos de Metas vindo de “Cima para Baixo”. Observa-se que o governismo ou a desarticulação das entidades de professores, funcionários ou alunos colocou o Reuni como algo dado, na base do “pegar ou largar”. Em outros tempos, negociações e até greves aconteceriam para discutir os pontos polêmicos. Deve-se recordar que FHC também promoveu um grande aumento de vagas com a promessa de mais verbas para as universidades que cumprissem este Plano de Metas.



Fonte: INEP⁸

O Reuni também prometeu muitas ampliações, mas deixou grande parte para o governo Dilma, também do PT, eleito em 2010, (54% dos investimentos do Reuni) e já se sente os problemas gerados pelo Reuni (LEHER, 2010). O orçamento para as universidades em 2011 foi de R\$ 12,9 bilhões, o mesmo valor de 2007 corrigidos. No caso do Reuni, os problemas tornam-se evidentes, mas, como gerou um aumento de vagas e novas universidades, tem um saldo que poderíamos colocar como positivo em alguns pontos e negativo em outros. Mas, o problema é que, de acordo com o “Boletim da Auditoria Cidadã da Dívida”, (2009), o governo destinou em 2009, penúltimo ano do governo Lula, 35,57 de seu orçamento para juros e amortizações da dívida, ou seja, para o capital especulativo. Se agregarmos os valores com o refinanciamento da dívida, este total chegaria a 47% do orçamento. Comparemos com o orçamento da educação.

O que realmente foi um ganho e que estava previsto no Programa de 2002 foi a implementação de apoio aos negros através das cotas. Mas ressalte-se que esta política, apesar de seu importante impacto, não gerou custos extras ao governo, já que apenas reservou parte das vagas existentes para os setores mais empobrecidos, negros e indígenas.

⁸ O quadro foi produzido pelo professor Eptácio Macário, da UEC, com base nos dados do INEP.

Conclusão

As análises que buscam desvincular as políticas econômicas conservadoras, aplicadas pelo governo Lula, das políticas sociais, consideradas “progressistas”, não correspondem à realidade dos fatos.

Se em sua gênese, o PT conseguia implementar discussões e mobilizações que estavam contra a corrente neoliberal, ao longo de sua história o partido não seguiu a trajetória de enfrentamento e sucumbiu as políticas econômicas ortodoxas.

Ao assumir a presidência, Lula da Silva não se propõe a enfrentar o liberalismo e, assim, restringe-se a conservar toda a política econômica e, aproveitando o crescimento da economia mundial, “aumentar” as políticas sociais implementadas durante o período Fernando Henrique. E, nestas comparações, apresenta como mérito, a implementação de diversas políticas conservadoras, como a “Reforma da Previdência”, diminuição do “Risco Brasil”, cumprimento de todos os “contratos”, “Reestruturação das universidades”, dentre outros.

Desta forma, o governo Lula não conseguiu estabelecer uma alternativa ao neoliberalismo. Pelo contrário, integrou-se ao sistema econômico mundializado e, mesmo que tenha incrementado políticas sociais, estas não entram em desacordo com as políticas propostas pelos organismos internacionais.

REFERÊNCIAS

BEINSTEIN, J. **Capitalismo senil**: a grande crise do capitalismo global. Rio de Janeiro: Record, 2001.

BRASIL URGENTE. **Questão Agrária**. São Paulo, Editora FG, 1989.

BRASIL URGENTE. **Sociedade**. São Paulo, Editora FG, 1989.

HOBBSAWM, E. **Era dos extremos**: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia da Letras, 1995.

KURZ, R. **Os últimos combates**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. **A orgia do capitalismo**, Folha de São Paulo, 1997.

LEHER, R. **Debate eleitoral e as perspectivas para os socialistas** (versão preliminar). Texto, 2006.

LEHER, R. Educação no governo de Lula da Silva: a ruptura que não aconteceu. *In: Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro, Garamond, 2010.

MÉSZÁROS, Política radical e transição para o socialismo: reflexões sobre o centenário de Marx. *In: CHASIN, J. Marx hoje*. São Paulo, Editora Ensaio, 1987, p.113-33.

_____. **Para além do capital**. São Paulo, Boitempo, 2002.

MEDEIROS, M; SOUZA, Pedro H. G. F; CASTRO, F. A. O Topo da Distribuição de Renda no Brasil: Primeiras Estimativas com Dados Tributários e Comparação com Pesquisas Domiciliares (2006-2012). **Dados**, Rio de Janeiro, v. 58, n. 1, p. 7-36, mar. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582015000100007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 06 maio 2020. ISSN 0011-5258. <https://doi.org/10.1590/00115258201537>.

PROGRAMA DE GOVERNO 2002. LULA PRESIDENTE. São Paulo: PT, 2002.